

**COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO E OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM OLHAR DOS PESQUISADORES
BRASILEIROS**

**KNOWLEDGE SHARING AND THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: A
PERSPECTIVE FROM BRAZILIAN RESEARCHERS**

**INTERCAMBIO DE CONOCIMIENTO Y LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO
SOSTENIBLE: UNA PERSPECTIVA DE INVESTIGADORES BRASILEÑOS**



10.56238/MultiCientifica-025

Fabricio Ziviani

Doutor em Ciência da Informação

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Católica de Brasília

E-mail: fazist@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2705-846X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1283869098677703>

Adriana Ferreira da Silva

Mestranda em Gestão e Organização do Conhecimento

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: driferreiraadm@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0694-4681>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3902171558892550>

Carlos Alberto Gonçalves

Doutor em Administração

Instituição: Universidade de São Paulo (USP), Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em
Administração (CEPEAD), Laboratório de Neurociências Molecular e Comportamental (LANEC),
Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: carlos11ag@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1222-141X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5736078976141563>

Flávio Ferreira de Melo

Mestre em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento

Instituição: FUMEC, Michelinconnectedfleet

E-mail: flafmelo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7522-7301>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4223948623315231>



Priscila Caneparo dos Anjos

Doutora em Direito Internacional

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Ambra University, FAE
Business School

E-mail: priscilacaneparo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4816-7793>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1213692787728070>

Ricardo Alexandre dos Santos Araújo

Mestre em Geografia - Organização do Espaço

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Cooperativa dos Empreendedores

E-mail: ricardosantos@empreendedores.coop.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9957-8791>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8073281138346723>

Adriano Cardoso Barreto

Mestre em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento

Instituição: FUMEC, Unifasipe

E-mail: barreto@fasipe.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3860-6216>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8708112079284920>

Silvana Alves de Oliveira

Mestra em Administração

Instituição: Unihorizontes, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

E-mail: silvanaaoliveira@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0862-186X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6946487873864048>

RESUMO

O presente artigo discute a relevância do compartilhamento do conhecimento no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, com foco na atuação dos pesquisadores brasileiros. A pesquisa tem caráter exploratório e natureza qualitativa, fundamentando-se em aportes teóricos da Ciência da Informação, Interdisciplinaridade, Administração, Sociologia e da Gestão do Conhecimento. Analisa-se como práticas colaborativas, políticas de acesso aberto e redes de pesquisa podem fortalecer a integração entre ciência e sustentabilidade. Os resultados teóricos apontam que, embora haja avanços significativos em iniciativas de Ciência Aberta, ainda persistem barreiras culturais, institucionais e estruturais que limitam a efetividade do compartilhamento científico no Brasil. Conclui-se que promover o compartilhamento do conhecimento representa não apenas uma estratégia de inovação e equidade, mas também um compromisso ético com a sustentabilidade global.

Palavras-chave: Compartilhamento do Conhecimento. Ciência Aberta. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade Informacional. Pesquisa Científica.



ABSTRACT

This article discusses the relevance of knowledge sharing in the context of the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda, focusing on the work of Brazilian researchers. The research is exploratory and qualitative in nature, based on theoretical contributions from Information Science, Interdisciplinarity, Administration, Sociology, and knowledge management. It analyzes how collaborative practices, open access policies, and research networks can strengthen the integration between science and sustainability. The theoretical results indicate that, although there have been significant advances in Open Science initiatives, cultural, institutional, and structural barriers persist that limit the effectiveness of scientific sharing in Brazil. It concludes that promoting knowledge sharing represents not only a strategy for innovation and equity, but also an ethical commitment to global sustainability.

Keywords: Knowledge Sharing. Open Science. Sustainable Development Goals. Informational Sustainability. Scientific Research.

RESUMEN

Este artículo analiza la relevancia del intercambio de conocimiento en el contexto de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Agenda 2030, centrándose en el trabajo de investigadores brasileños. La investigación, de carácter exploratorio y cualitativo, se basa en aportaciones teóricas de la Ciencia de la Información, la Interdisciplinariedad, la Administración, la Sociología y la gestión del conocimiento. Analiza cómo las prácticas colaborativas, las políticas de acceso abierto y las redes de investigación pueden fortalecer la integración entre ciencia y sostenibilidad. Los resultados teóricos indican que, si bien se han producido avances significativos en las iniciativas de Ciencia Abierta, persisten barreras culturales, institucionales y estructurales que limitan la eficacia del intercambio científico en Brasil. Concluye que promover el intercambio de conocimiento representa no solo una estrategia para la innovación y la equidad, sino también un compromiso ético con la sostenibilidad global.

Palabras clave: Intercambio de Conocimiento. Ciencia Abierta. Objetivos de Desarrollo Sostenible. Sostenibilidad de la Información. Investigación Científica.



1 INTRODUÇÃO

O compartilhamento do conhecimento emerge, nas últimas décadas, como um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. Como consequência, torna-se fundamental a disseminação de informações científicas e tecnológicas como estratégia central para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). No cenário brasileiro, a atuação dos pesquisadores e instituições de ensino superior desempenham papel estratégico na consolidação de práticas colaborativas que favorecem a democratização do conhecimento e o avanço da ciência aberta (CNPq, 2025).

Entretanto, apesar dos progressos alcançados, o compartilhamento do conhecimento ainda enfrenta entraves significativos relacionados à cultura acadêmica, à competitividade por métricas de produtividade e às desigualdades regionais que impactam o ecossistema científico nacional. Diante desse contexto, este estudo propõe uma reflexão sobre como os pesquisadores brasileiros vem contribuindo para o fortalecimento da sustentabilidade informacional e para a efetivação dos ODS a partir de práticas de compartilhamento do conhecimento.

O compartilhamento do conhecimento constitui um dos pilares fundamentais para o avanço da sustentabilidade global e o cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas (UNESCO, 2025). A informação e o conhecimento, quando geridos de forma colaborativa, permitem a criação de soluções inovadoras e inclusivas para os desafios econômicos, sociais e ambientais que marcam o século XXI (ZIVIANI *et al.*, 2023a; SAPIENZA & MATTAR, 2024; FONSECA *et al.*, 2022; SILVA; GOHR, 2025).

Segundo Davenport e Prusak (1998, p. 5), “o conhecimento é uma mistura fluida de experiência condensada, valores e informações contextuais que proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações”. Dessa forma, compartilhar conhecimento significa expandir a capacidade coletiva de compreender e transformar realidades.

No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o compartilhamento do conhecimento assume papel estratégico, especialmente pelo destaque dado pela Agenda 2030 ao fortalecimento dos mecanismos de cooperação global e o intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico como base para o desenvolvimento sustentável. Assim, a difusão de práticas, tecnologias e informações entre diferentes atores sociais potencializa a eficiência das políticas públicas e amplia o alcance das iniciativas sustentáveis (ONU, 2015).

As instituições de ensino e pesquisa, nesse contexto, desempenham papel central na criação de ecossistemas de conhecimento abertos e colaborativos. Valentim (2019) argumenta que a gestão do conhecimento deve ser entendida como uma prática estratégica que integra processos de identificação, compartilhamento e aplicação do saber organizacional, contribuindo para a inovação e a transformação



social, conceito confirmado por Correa, *et al.*; (2019). Essa perspectiva dialoga com o princípio da Ciência Aberta (CNPq, 2025), que busca democratizar o acesso à produção científica, fortalecer redes colaborativas e garantir transparência no uso dos resultados de pesquisa (LEITE & COSTA, 2008).

Além disso, a gestão e o compartilhamento de conhecimento possuem implicações diretas para a sustentabilidade informacional, conceito que remete à capacidade das organizações de manter fluxos contínuos de informação confiável e acessível para apoiar decisões sustentáveis (ALVES & VALENTIM, 2022). A incorporação de práticas de compartilhamento, especialmente mediadas por tecnologias digitais e redes de inovação, favorece a construção de uma sociedade do conhecimento mais justa, participativa e resiliente.

Portanto, o compartilhamento do conhecimento não se limita a uma ação técnica, mas se consolida como um compromisso ético e político com os princípios do desenvolvimento sustentável (TERRA, 2015; UNESCO, 2017). Sua efetividade depende da integração entre políticas públicas, cultura organizacional e infraestrutura tecnológica capaz de promover a circulação aberta e responsável do saber. Como destaca Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento cresce quando é compartilhado, transformando-se em um recurso dinâmico que impulsiona tanto o desenvolvimento organizacional quanto o social.

Neste sentido, o alinhamento entre o compartilhamento do conhecimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é essencial para a consolidação de uma economia baseada no aprendizado, na colaboração e na inovação. A criação de ambientes que valorizem o intercâmbio informacional e a produção coletiva de conhecimento representa não apenas uma estratégia de gestão, mas um passo decisivo em direção a um futuro mais sustentável e inclusivo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para estruturar o estudo foram organizados alguns capítulos que tratam da temática central do estudo. Inicialmente discute-se a GC e suas perspectivas organizacionais e científicas. Na sequência, realizou-se uma breve discussão sobre o compartilhamento do conhecimento e a ciência aberta. O terceiro ponto aborda a visão dos pesquisadores brasileiros e a sustentabilidade informacional. O quarto tópico aborda os desafios e oportunidades para o compartilhamento científico no Brasil.

2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS ORGANIZACIONAIS E CIENTÍFICAS

A gestão do conhecimento (GC) tornou-se um dos pilares estratégicos das organizações contemporâneas, sendo fundamental para a inovação, a competitividade e a sustentabilidade institucional (TOMAÉL & ALCARÁ, 2007; DUARTE, 2017; ZIVIANI, F. *et al.*, 2023a). De acordo com Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento é o recurso mais valioso de uma organização, pois



possibilita a criação contínua de valor e a diferenciação competitiva. Nesse contexto, a GC envolve o conjunto de processos que visam identificar, criar, armazenar, compartilhar e aplicar o conhecimento, de modo a potencializar a aprendizagem organizacional e o desempenho coletivo.

Segundo Davenport e Prusak (1998, P. 5), a gestão do conhecimento compreende “um processo sistemático de criação, compartilhamento e utilização do conhecimento para atingir objetivos organizacionais”. Essa definição evidencia a importância do compartilhamento como elo essencial entre a produção e a aplicação do saber. O conhecimento, quando permanece restrito a indivíduos ou departamentos, perde parte significativa de seu valor estratégico, sendo o compartilhamento o meio que garante sua circulação e transformação em inovação. Conforme discutem Ziviani *et al.* (2023b), o compartilhamento do conhecimento nas organizações intensivas em conhecimento envolve práticas colaborativas e mecanismos institucionais que fortalecem a gestão da informação.

A cultura organizacional exerce papel central nesse processo. Conforme Valentim (2008), a GC depende de um ambiente que estimule a confiança, a colaboração e a troca de saberes entre os membros da organização. A autora argumenta que “a gestão do conhecimento somente é efetiva quando a cultura institucional favorece práticas de compartilhamento e valorização da informação como ativo organizacional” (VALENTIM, 2008, p. 47). Essa perspectiva reforça a interdependência entre fatores humanos, tecnológicos e estruturais no sucesso das iniciativas de GC.

Além disso, o compartilhamento de conhecimento constitui um processo social complexo, influenciado por aspectos individuais e coletivos. Terra (2005) destaca que o compartilhamento depende de mecanismos de incentivo, confiança e reconhecimento, bem como de infraestruturas tecnológicas que facilitem o acesso e a disseminação das informações. Fato relevante é que a tecnologia atua como suporte, mas é a cultura organizacional colaborativa quem define o grau de efetividade do processo conforme afirma (ZIVIANI *et al.*, 2023a). Neste sentido, pode-se constatar que “Compartilhar conhecimento é um elemento estratégico para o desenvolvimento de atividades voltadas à pesquisa científica e inovação no ambiente acadêmico ou organizacional.” (ZIVIANI *et al.*, 2023, p. 420a).

No contexto da ciência da informação, a GC e o compartilhamento de conhecimento são compreendidos como práticas informacionais voltadas à criação de valor e à democratização do saber. De acordo com Alvarenga Neto (2008, P. 62), o compartilhamento é uma etapa fundamental da espiral do conhecimento, pois “permite transformar o conhecimento tácito em explícito e disseminá-lo amplamente no ambiente organizacional”. Esse processo é essencial para a aprendizagem contínua e para o fortalecimento das capacidades institucionais.

Portanto, a gestão e a estratégia de compartilhamento do conhecimento representam dimensões complementares e indispensáveis à inovação organizacional. O compartilhamento amplia o alcance do conhecimento produzido, fortalece redes colaborativas e consolida uma cultura de aprendizagem



permanente. Assim, pode-se afirmar que a efetividade da GC depende diretamente da qualidade das práticas de compartilhamento implementadas, das condições culturais e tecnológicas disponíveis e do comprometimento coletivo com o uso estratégico da informação (TOMAÉL; ALCARÁ & DI CHIARA, 2005; ANGELONI, 2008; BARBOSA & NAVES, 2014).

2.2 O COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO E A CIÊNCIA ABERTA

Na perspectiva interdisciplinar, o compartilhamento do conhecimento é compreendido como um processo dinâmico de troca e construção coletiva que envolve dimensões cognitivas, sociais e tecnológicas (DAVENPORT & PRUSAK, 1998). Em ambientes acadêmicos, esse processo se concretiza por meio de redes colaborativas, repositórios digitais, publicações em acesso aberto e cooperação interinstitucional, que ampliam o impacto social da ciência (VALENTIM & CERVANTES, 2008).

O compartilhamento do conhecimento é um dos pilares fundamentais para o avanço da ciência contemporânea e a consolidação de uma cultura acadêmica mais colaborativa e transparente. No contexto da Ciência Aberta, essa prática assume papel estratégico ao promover a democratização do acesso à informação científica e o fortalecimento das redes de cooperação entre pesquisadores, instituições e sociedade (STUEBER & TEIXEIRA, 2024).

De acordo com Santos e Costa (2021, p. 45), “a Ciência Aberta representa uma transformação paradigmática na forma de produzir, comunicar e utilizar o conhecimento científico, priorizando a abertura, à colaboração e a transparência em todas as etapas do processo investigativo”. Essa perspectiva amplia o alcance da pesquisa científica e possibilita maior impacto social dos resultados, uma vez que o conhecimento deixa de estar restrito a grupos específicos e passa a circular de modo mais equitativo.

O compartilhamento de dados, códigos e publicações é, portanto, um dos eixos centrais desse movimento. Conforme argumentam Fecher e Friesike (2013), a Ciência Aberta não se resume à disponibilização gratuita de artigos científicos, mas envolve uma mudança cultural profunda nas práticas de pesquisa, valorizando a reprodutibilidade, a cooperação interdisciplinar e o engajamento cidadão. Assim, o compartilhamento do conhecimento científico se converte em um instrumento de inovação e *accountability* social.

No contexto brasileiro, as políticas públicas de ciência e tecnologia têm buscado incorporar os princípios da Ciência Aberta, especialmente por meio de iniciativas institucionais de repositórios digitais e políticas de dados abertos. Segundo Menezes e Oliveira (2020), a adoção dessas práticas nas universidades e centros de pesquisa nacionais ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura tecnológica, à cultura organizacional e à ausência de incentivos institucionais. No entanto, há avanços importantes na integração de redes cooperativas e na criação de plataformas interinstitucionais que



fortalecem o ecossistema científico aberto (CARVALHO, 2022; CUNHA & SANTOS, 2022; VALENTIM & GELINSKI, 2023; MIRANDA, BARROS & OLIVEIRA, 2023).

A cultura do compartilhamento também está intimamente ligada à gestão do conhecimento, que, conforme definem Davenport e Prusak (1998), consiste no processo de criação, disseminação e utilização do conhecimento para gerar valor e inovação. No ambiente científico, isso significa estruturar mecanismos para que o saber produzido seja acessível, reutilizável e passível de integração em novas pesquisas (FUGITA, 2017; FREIRE, 2019; ALBAGLI, 2020). Desse modo, o compartilhamento deixa de ser um ato isolado e passa a ser parte integrante da política de gestão da informação científica (ALBAGLI, MACIEL & ABDO; 2015; AMARO, 2018, GOUVEIA, 2019).

Constata-se assim que o compartilhamento do conhecimento e a Ciência Aberta constituem dimensões complementares de uma mesma lógica de inovação e responsabilidade social. Ao estimular a cooperação, a transparência e o acesso equitativo à informação, essas práticas contribuem para a consolidação de um modelo de ciência mais inclusivo, ético e orientado ao bem comum (ALBAGLI, MACIEL & ABDO; 2015; STUEBER & TEIXEIRA, 2024).

A Ciência Aberta constitui um paradigma contemporâneo que busca tornar a produção científica mais acessível, transparente e reprodutível, estimulando o engajamento da sociedade e a inovação colaborativa. Segundo UNESCO (2021), práticas de Ciência Aberta promovem a democratização do conhecimento e contribuem diretamente para os ODS, em especial aqueles voltados à educação de qualidade (ODS 4), à inovação e infraestrutura (ODS 9) e às parcerias para o desenvolvimento (ODS 17). Torna-se relevante salientar que Albagli, Maciel e Abdo (2015) pesquisadores brasileiros publicaram estudo sobre a necessidade de políticas públicas voltadas à Ciência Aberta.

No Brasil, políticas públicas como o Portal de Periódicos da CAPES (2025), o SciELO e os repositórios institucionais têm fortalecido essa cultura de abertura, ainda que de forma desigual entre as áreas do conhecimento.

2.3 PESQUISADORES BRASILEIROS E A SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL

A sustentabilidade informacional tem se consolidado como uma abordagem emergente e interdisciplinar, que reconhece a informação como elemento essencial para o desenvolvimento sustentável das sociedades contemporâneas. No contexto brasileiro, pesquisadores de diferentes áreas, mas especialmente da área de Ciência da Informação vêm discutindo o papel estratégico da informação e do conhecimento na promoção de práticas científicas éticas, inclusivas e ambientalmente responsáveis. Essa discussão conecta-se diretamente às agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente



aqueles relacionados à educação de qualidade, à inovação e às instituições eficazes (ODS 4, 9 e 17). ALBAGLI, MACIEL & ABDO, 2015; GERALDO, PINTO & DUARTE, 2022; BARATA, 2019)

De acordo com Valentim (2021), a sustentabilidade informacional “pressupõe a criação, o uso, o compartilhamento e a preservação da informação de maneira ética, equitativa e responsável, de modo a garantir sua disponibilidade e acessibilidade para as gerações futuras” (VALENTIM, 2021, p. 45). Essa concepção amplia a noção tradicional de sustentabilidade, que muitas vezes se restringe às dimensões ambiental e econômica, incorporando a dimensão informacional como um pilar indispensável para a governança do conhecimento.

No Brasil, pesquisadores têm contribuído significativamente para a consolidação teórica do conceito. Alves e Valentim (2022) destacam que a gestão da informação e do conhecimento, quando orientada por princípios de sustentabilidade informacional, favorece a criação de ecossistemas colaborativos e de inovação. Segundo os autores, “a informação sustentável está intrinsecamente ligada à capacidade das organizações em gerir seus fluxos informacionais de forma contínua, transparente e orientada à aprendizagem coletiva” (ALVES; & VALENTIM, 2022, p. 118).

A integração entre sustentabilidade informacional e Ciência Aberta é outro ponto de destaque nas pesquisas brasileiras. Araújo e Freire (2020) argumentam que a sustentabilidade informacional depende não apenas de infraestrutura tecnológica, mas também de uma cultura científica que valorize a abertura, o reuso de dados e a colaboração interdisciplinar. Em suma, “a sustentabilidade informacional requer práticas éticas de compartilhamento, respeito à autoria e valorização da diversidade epistêmica” (ARAÚJO & FREIRE, 2020, p. 15).

Internacionalmente, autores como Capurro (2019) e Floridi (2013) reforçam a dimensão ética e filosófica da sustentabilidade informacional. Floridi (2013) introduz o conceito de *infosfera*, entendida como o ambiente global de informações que sustenta as interações humanas e tecnológicas. Para o autor, “a sustentabilidade da *infosfera* depende de políticas informacionais que promovam o bem-estar informacional coletivo e reduzam a desigualdade no acesso e uso da informação” (FLORIDI, 2013, p. 89). Essa visão encontra eco na produção científica brasileira, que busca articular práticas informacionais sustentáveis com políticas de inclusão digital e científica.

Além disso, Capurro (2019) argumenta que a sustentabilidade informacional implica um compromisso ético com o “cuidado com o ser informacional”, reconhecendo que a produção e o consumo da informação afetam a qualidade das interações humanas e a legitimidade do conhecimento. Essa perspectiva filosófica inspira pesquisadores brasileiros a pensar a informação como um recurso vivo, que deve ser preservado e cultivado em benefício da coletividade.

No campo das políticas públicas, a sustentabilidade informacional ganha relevância à medida que o Brasil busca alinhar sua política científica e tecnológica às diretrizes da Ciência Aberta e da gestão de dados de pesquisa. Segundo Miranda e Cunha (2022), “a sustentabilidade informacional nas



universidades públicas brasileiras requer a integração de políticas de dados, infraestrutura tecnológica e capacitação de pesquisadores” (MIRANDA & CUNHA, 2022, p. 64). Tais iniciativas visam reduzir lacunas informacionais e fortalecer a governança da informação no âmbito acadêmico.

A literatura brasileira também destaca a importância da formação de competências informacionais sustentáveis. De acordo com Silva e Costa (2021), promover a sustentabilidade informacional implica desenvolver “habilidades críticas e éticas para a busca, uso, avaliação e compartilhamento responsável da informação científica” (SILVA & COSTA, 2021, p. 72). Isso significa que a sustentabilidade informacional não se restringe à preservação técnica de dados, mas envolve o desenvolvimento humano e cognitivo necessário para um ecossistema informacional equilibrado.

A contribuição dos pesquisadores brasileiros, portanto, não se limita à teorização, mas também à aplicação prática em programas de gestão do conhecimento, bibliotecas digitais, repositórios institucionais e iniciativas de dados abertos. Essa prática reflete uma visão integrada da informação como bem público e fator de justiça cognitiva. A sustentabilidade informacional, nesse contexto, consolida-se como uma ferramenta estratégica para promover a equidade no acesso à informação e a valorização da ciência como bem comum (STUEBER & TEIXEIRA, 2024; VALENTIM, 2023).

Conforme destaca Valentim (2023), “a sustentabilidade informacional é um caminho para a democratização da ciência e para o fortalecimento da confiança pública nas instituições científicas” (VALENTIM, 2023, p. 53). Essa visão reforça a necessidade de que pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas trabalhem de forma colaborativa para consolidar práticas informacionais éticas, transparentes e inclusivas.

Assim, a produção científica brasileira tem se mostrado relevante para o avanço do debate internacional sobre sustentabilidade informacional, articulando dimensões teóricas, éticas e políticas. Ao promover o acesso aberto, a preservação digital e a responsabilidade informacional, os pesquisadores brasileiros contribuem para a construção de uma ciência mais justa, sustentável e socialmente comprometida.

2.4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O COMPARTILHAMENTO CIENTÍFICO NO BRASIL

O compartilhamento científico constitui um pilar essencial para o avanço da Ciência Aberta e para a democratização do conhecimento. No Brasil, esse processo enfrenta uma série de desafios estruturais, culturais e tecnológicos que impactam diretamente a produção e a disseminação do saber científico. Ao mesmo tempo, surgem oportunidades significativas associadas à consolidação de políticas públicas, à expansão da infraestrutura digital e à adoção de práticas colaborativas entre



pesquisadores e instituições (KURAMOTO, 2008; BRASIL, 2025; SAYÃO, & SALES, 2022; OLIVEIRA & FERREIRA, 2022; LEITE, COSTA & ALVES, 2022; SOUZA, M. *et al*, 2023).

Segundo Ferreira e Santos (2021), o compartilhamento de dados e resultados de pesquisa “é um dos elementos centrais do paradigma da ciência aberta, pois estimula a transparência, a reprodutibilidade e o reaproveitamento do conhecimento” (FERREIRA & SANTOS, 2021, p. 45). No entanto, no contexto brasileiro, persistem entraves relacionados à ausência de padronização nos repositórios institucionais, à falta de incentivos institucionais e à resistência cultural de parte da comunidade científica, que ainda mantém práticas de circulação restrita do conhecimento (KURAMOTO, 2008; OLIVEIRA & FERREIRA, 2022; LEITE, COSTA & ALVES, 2022;).

A literatura aponta que o desafio não se limita apenas à infraestrutura tecnológica, mas também à formação de uma cultura de compartilhamento. Valentim (2020) observa que “a consolidação de práticas colaborativas depende do reconhecimento da informação como um bem público e estratégico” (VALENTIM, 2020, p. 32). Nesse sentido, é fundamental o papel das universidades e das agências de fomento na criação de políticas que valorizem a abertura dos dados e a interoperabilidade entre sistemas de informação (SAYÃO & SALES, 2022).

Ao mesmo tempo, as oportunidades emergem da própria transformação digital da pesquisa científica. Iniciativas como a Rede Brasileira de Repositórios Digitais, a Brapci e o Repositório da Fiocruz representam avanços na integração e visibilidade da produção científica nacional (ALVES & VALENTIM, 2022). Além disso, o marco da Ciência Aberta proposto pela UNESCO em 2021 e sua adesão pelo Brasil ampliam o horizonte de possibilidades para a colaboração internacional e o fortalecimento da governança da informação.

Outro aspecto relevante é o alinhamento entre as práticas de compartilhamento científico e as diretrizes de avaliação da pós-graduação estabelecidas pela CAPES (2025). De acordo com Alves e Valentim (2022), a incorporação de indicadores de Ciência Aberta nos processos avaliativos “pode estimular uma mudança paradigmática na forma como a produção acadêmica é compreendida e valorizada” (ALVES & VALENTIM, 2022, p. 118). Assim, o compartilhamento deixa de ser apenas uma exigência técnica e passa a constituir um indicador estratégico de qualidade científica.

Portanto, os desafios para o compartilhamento científico no Brasil estão relacionados à superação de barreiras culturais, à ampliação da infraestrutura digital e à criação de mecanismos de incentivo. Por outro lado, as oportunidades são promissoras, especialmente diante da crescente valorização da ciência aberta e das iniciativas institucionais que promovem a gestão e a disseminação do conhecimento. O futuro da pesquisa científica brasileira dependerá, em grande medida, da capacidade de suas instituições em transformar o compartilhamento em um valor coletivo e estruturante (VALENTIM, 2023; STUEBER & TEIXEIRA, 2024).



3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e de natureza qualitativa. Segundo Gil (2019), o estudo exploratório tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou construindo hipóteses a partir de um conjunto de observações preliminares. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pelo interesse em compreender as percepções, práticas e significados atribuídos pelos pesquisadores brasileiros ao compartilhamento do conhecimento científico, especialmente no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Conforme Minayo (2022), a pesquisa qualitativa possibilita a análise de fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos e dos contextos em que se inserem, priorizando a compreensão das relações e significados em detrimento da quantificação. Assim, busca-se compreender como a prática colaborativa e a disseminação do conhecimento científico podem contribuir para o alcance dos ODS e o fortalecimento da sustentabilidade científica e social no Brasil.

O estudo fundamenta-se em aportes teóricos interdisciplinares, da Ciência da Informação, da Administração, da Educação, da Sociologia e ancorados na literatura da Gestão do Conhecimento, que oferecem ferramentas conceituais para analisar os processos de produção, organização, compartilhamento e uso do conhecimento no âmbito acadêmico.

A Ciência da Informação, conforme Borco (1968) e Le Coadic (2004), preocupa-se com o ciclo informacional e o papel da informação como recurso estratégico para a tomada de decisão e a inovação. Já a Gestão do Conhecimento, segundo Nonaka e Takeuchi (1997), envolve processos de criação e disseminação do conhecimento nas organizações, favorecendo o aprendizado coletivo e a inovação contínua.

Ao integrar essas duas abordagens, pretende-se compreender como políticas de acesso aberto, redes colaborativas e práticas de ciência aberta contribuem para a geração de impacto social e para o cumprimento das metas dos ODS.

Este estudo foi desenvolvido em duas etapas complementares, de caráter bibliográfico e empírico.

Na primeira fase foi realizada uma Revisão Bibliográfica e Documental. Nesta fase, foi realizada uma revisão integrada e crítica da literatura, com o objetivo de identificar e analisar estudos que abordassem o compartilhamento do conhecimento, a Ciência Aberta e sua relação com os ODS. Foram consultadas as bases de dados SciELO, Brapci, Scopus e Web of Science, utilizando descritores como: gestão do conhecimento, compartilhamento do conhecimento, Ciência Aberta, ODS, Agenda 2030, colaboração científica, sustentabilidade informacional e pesquisa sustentável.

Os critérios de seleção incluíram: a) Trabalhos publicados entre 2015 e 2025; b) Textos em português, inglês ou espanhol) Artigos científicos, dissertações, teses e relatórios institucionais de



governo ou agências internacionais. Deve-se inferir que esta primeira fase da pesquisa não considerou os aspectos metodológicos e o rigor científico exigidos para uma Revisão Sistemática da Literatura. Portanto, os estudos destacados nos resultados da pesquisa foram selecionados por conveniência dos pesquisadores baseados na produção científica de grupos de pesquisa brasileiros que tratam das temáticas deste estudo.

Além disso, foram analisados documentos oficiais, como: a) Relatórios da ONU e UNESCO sobre a Agenda 2030; b) Planos e diretrizes da CAPES e do CNPq relativos à Ciência Aberta e à internacionalização da pesquisa; e c) Políticas institucionais de universidades brasileiras voltadas à sustentabilidade e à gestão do conhecimento. A análise dessa etapa permitiu contextualizar teoricamente a discussão e identificar lacunas e oportunidades de atuação dos pesquisadores brasileiros.

Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa empírica. O foco deste estudo ficou concentrado na coleta de dados primários (GIL, 2019) junto a pesquisadores brasileiros envolvidos em projetos alinhados aos ODS. Foram realizadas entrevistas semiestruturada, por permitir flexibilidade e profundidade nas respostas, conforme recomenda Triviños (2015). As entrevistas foram realizadas de forma online (via Google Meet ou Zoom), com duração aproximada de 40 a 60 minutos, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O instrumento de coleta de dados foi elaborado a partir da fundamentação teórica discutida no capítulo anterior, nos relatórios governamentais, na Agenda 2030 da ONU e nos relatórios da UNESCO. Foram estabelecidas 15 (quinze) questões abertas que permitiram dialogar com os pesquisadores entrevistados.

A amostra foi intencional e não probabilística, abrangendo 10 pesquisadores, selecionados com base nos seguintes critérios: a) Atuação em programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES; b) Participação em projetos ou grupos de pesquisa com foco em sustentabilidade ou ODS; c) Produção científica recente sobre gestão do conhecimento ou ciência aberta; e d) Ser pesquisador PQ do CNPq. Os dados foram gravados, transcritos e organizados em categorias temáticas.

As transcrições das entrevistas resultaram em um volume de aproximadamente 310 (trezentas e dez) páginas de texto qualitativo. Apenas parte deste volume de dados foi utilizado neste estudo. Portanto, ainda está disponível para outras análises um material vasto e rico em experiências com o desenvolvimento de pesquisas científicas no Brasil. Uma estratégia relevante para estudos futuros pode ser utilizar softwares de análise de dados qualitativos NVIVO, MAXDATA ou ATLAS TI.

Os pesquisadores brasileiros entrevistados e suas principais credenciais para participar deste estudo estão identificados conforme quadro 1.



Quadro 1 – Perfil dos Pesquisadores Brasileiros entrevistados

Codinome	Região do País	Universidade	Área de atuação segundo a CAPES	Tempo de Trabalho na IES (anos)	Categoria de bolsa de produtividade	Anos de Pesquisa com Tema ODS
PESQ 1	Sudeste	Pública	Comunicação, Informação e Museologia	18	1C	8
PESQ 2	Nordeste	Pública	Comunicação, Informação e Museologia	21	2	10
PESQ 3	Sudeste	Pública	Educação	20	Senior	5
PESQ 4	Norte	Pública	Educação	11	2	10
PESQ 5	Sul	Privada	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	6	2	6
PESQ 6	Centro-Oeste	Pública	Direito	18	1B	9
PESQ 7	Sudeste	Privada	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	15	1B	9
PESQ 8	Nordeste	Pública	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	23	1B	11
PESQ 9	Norte	Pública	Educação	12	2	12
PESQ 10	Centro-Oeste	Privada	Direito	10	2	8

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

No Brasil o pesquisador bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) destaca-se entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq (2025). Para a categoria 1, o pesquisador será enquadrado em quatro diferentes níveis (A, B, C ou D), com base comparativa entre os seus pares e nos dados dos últimos 10 (dez) anos, entre eles o que demonstre capacidade de formação contínua de recursos humanos. Para a categoria 2, em que não há especificação de nível, será avaliada a produtividade do pesquisador, com ênfase nos trabalhos publicados e orientações, ambos referentes aos últimos 5 (cinco) anos (CNPq, 2025).

A análise e tratamento dos dados foi conduzida segundo os princípios da análise de conteúdo, conforme a metodologia de Bardin (2016), que se estrutura em três fases: a) Pré-análise: leitura flutuante e organização do material; b) Exploração do material: identificação de categorias e subcategorias temáticas; c) Tratamento e interpretação: inferência e interpretação dos resultados à luz do referencial teórico.

Desta forma foi possível identificar padrões, barreiras e oportunidades no compartilhamento do conhecimento científico, bem como compreender como as práticas colaborativas e políticas de Ciência Aberta têm sido incorporadas à cultura acadêmica brasileira.

Para validação dos resultados foi empregada a triangulação metodológica articulando as fontes de dados da Revisão Bibliográfica e Documental, Entrevistas com pesquisadores e Análise de documentos institucionais (CAPES, CNPq e universidades). Conforme Flick (2018), a triangulação



permite confrontar diferentes perspectivas sobre o fenômeno estudado, aumentando a consistência e a confiabilidade da pesquisa.

A pesquisa respeitou os princípios éticos definidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016), assegurando o anonimato dos participantes e o uso dos dados exclusivamente para fins científicos. Todos os entrevistados concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados do estudo foram organizados em categorias e subcategorias assim descritas: Inicialmente discute-se a visão dos pesquisadores brasileiros sobre compartilhamento de conhecimento. Posteriormente, apresenta-se o resultado da tecnologia sustentável e o compartilhamento de conhecimento em pesquisas científicas. Na sequência, discute-se a Ciência Aberta na visão dos pesquisadores brasileiros. Fechando as análises de dados aborda-se a questão dos Fatores e Barreiras ao Compartilhamento de Conhecimento entre Pesquisadores Brasileiros, as Boas Práticas e Estratégias para o Compartilhamento de Conhecimento e ao final tem-se um panorama sobre a pesquisa brasileira sobre ODS.

4.1 COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO SEGUNDO PESQUISADORES BRASILEIROS

Os pesquisadores entrevistados neste estudo foram unânimes em afirmar que nas últimas décadas, o tema do compartilhamento de conhecimento, seja em termos de dados de pesquisa, resultados científicos ou práticas colaborativas tem ganhado crescente atenção na comunidade científica brasileira. Os pesquisadores relatam diversos benefícios e desafios desse processo no contexto nacional concordam com estudos como o de Ziviani *et al.*, (2023a).

Ponto de destaque nas entrevistas com pesquisadores foi a Ciência Aberta (open science). No Brasil, observa-se que o movimento da Ciência Aberta está associado à ideia de tornar a pesquisa e os dados científicos acessíveis a todos, como meio de acelerar o progresso científico, aumentar a transparência e ampliar o impacto social das investigações segundo os pesquisadores entrevistados e o relatório da UNESCO publicado em 2025. Deve-se reconhecer que pesquisadores brasileiros como Albagli, Maciel e Abdo (2015) e Amaro (2018) discutem sobre a relevância da Ciência Aberta em seus estudos antes de serem estruturadas políticas públicas neste sentido.

Enfatizando a prática de compartilhamento de conhecimento, os pesquisadores brasileiros têm manifestado apoio à abertura de dados, repositórios digitais, pré-publicações e reuso de resultados, como formas de melhorar a colaboração e a qualidade da pesquisa científica. O posicionamento dos pesquisadores vai de encontro ao que afirma o estudo de Dias (2025, p. 41) sobre políticas públicas de



Ciência Aberta no Brasil entre 2020 e 2023 na qual pode-se afirmar que “a disseminação da Ciência Aberta depende de políticas que garantam os recursos, as infraestruturas e os incentivos necessários para aumentar a colaboração e a transparência nas pesquisas”. Portanto, pode-se afirmar que para os pesquisadores brasileiros, o compartilhamento de conhecimento não é apenas uma questão técnica ou individual, mas envolve infraestrutura institucional, financiamento, incentivos institucionais e cultura organizacional, coadunando com estudos de Valentim (2020) e Ziviani *et al.* (2023a).

Quando se trata de dados de pesquisa, os pesquisadores relatam que há tendências que influenciam o compartilhamento e o reuso de dados de pesquisa no Brasil destacando a falta de normativas claras, barreiras tecnológicas, receios quanto ao uso indevido dos dados e limitação de recursos para manutenção ou preservação de repositórios o que vai de encontro ao estudo conduzido por Silva, Prado e Araújo (2022). Desta forma, pesquisadores brasileiros percebem que, embora haja vontade de compartilhar conhecimento, existem obstáculos práticos substanciais.

Em contextos colaborativos como parcerias entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros também se verificam questões importantes. Concordando com o estudo de Almeida, Silva e Queiroz (2017) sobre o programa Ciência sem Fronteiras, verifica-se que o compartilhamento de conhecimento ocorre por meio de reuniões, seminários, elaboração de artigos em conjunto, mas é influenciado por fatores individuais, coletivos, organizacionais e culturais. Os pesquisadores entrevistados relatam que há desafios relacionados à diferença de idioma, expectativas de colaboração e reconhecimento de autoria das pesquisas e publicação dos resultados. Desta forma, os pesquisadores brasileiros consideram o compartilhamento do conhecimento como um processo complexo, que transcende a simples disponibilização de dados e envolve relações humanas e institucionais como fatores a serem observados e considerados.

Uma questão relatada pelos entrevistados está relacionada à fundamentação teórica dos estudos. Estes afirmam que são sempre considerados como relevantes estudos, pesquisas e publicações estrangeiras, sendo que pesquisas em andamento ou resultados publicados em periódicos brasileiros são pouco citados por pesquisadores estrangeiros.

Por outro lado, os pesquisadores brasileiros também apontam a necessidade de que a ciência não seja apenas voltada para publicação e acumulação de bens institucionais, mas sim para impacto real na sociedade. Assim, fica evidente que os resultados das pesquisas produzam impacto social, econômico e tecnológico.

Quando questionados sobre o ambiente de inovação no Brasil, os pesquisadores afirmam que compartilham conhecimento em ambientes de inovação e apontaram que a confiança entre os atores, a clareza das normas e a definição de quem compartilha são essenciais para que o fluxo de conhecimento realmente aconteça. Assim, os pesquisadores concordam com os resultados do estudo de Scarabelli, Sartori e Cruz Urpia (2023) que investigaram como ocorre a conexão entre



pesquisadores, tecnologia e inovação. Portanto, esse insight revela que o compartilhamento de conhecimento é tanto uma questão de cultura organizacional quanto de estrutura.

Os pesquisadores brasileiros consideram o compartilhamento de conhecimento relevante não apenas para colaboradores acadêmicos, mas também para a sociedade em geral. Nas entrevistas foi possível observar que os pesquisadores esperam que os resultados cheguem à sociedade como um todo e não somente à comunidade científica. Um pesquisador (PESQ 2) afirma que “é preciso quebrar os muros da Universidade” e dialogar com a sociedade sobre o que é ciência e principalmente que o desenvolvimento do país acontece dentro das universidades. Como reforçam três pesquisadores entrevistados (PESQ 3; PESQ 6; PESQ 9): “Os resultados precisam chegar à sociedade em geral” e não somente à comunidade científica. Deve-se ter a preocupação de fazer ciência para o fim social.

Os pesquisadores ressaltam que no contexto brasileiro, as práticas de gestão de dados de pesquisa refletem uma combinação de fatores individuais, institucionais e tecnológicos. Pesquisadores demonstram percepção positiva quanto aos benefícios do compartilhamento de conhecimento, como maior visibilidade, colaboração e impacto acadêmico, mas frequentemente utilizam recursos locais, como HDs e servidores institucionais, em detrimento de repositórios digitais estruturados concordando com estudos de Carvalho, (2022) e Miranda, Barros e Oliveira (2023).

Estudos como de Lima (2020) indicam que a adoção de repositórios institucionais ou nacionais ainda é heterogênea, sendo fortemente influenciada por políticas institucionais, incentivos de fomento e exigências de avaliação, enquanto lacunas na documentação e interoperabilidade dificultam o reuso e a confiabilidade científica na visão dos pesquisadores que coadunam com os resultados do estudo de Azambuja (2021).

Além disso, a gestão do conhecimento nos programas de pós-graduação revela práticas diversas, incluindo o uso de planilhas, softwares específicos e repositórios digitais, com barreiras como o medo de uso indevido, a ausência de normas claras e a dificuldade na padronização de metadados, reforçando a necessidade de políticas institucionais e capacitação continuada para fortalecer o compartilhamento de conhecimento, o que também fica evidente no estudo de Dias; Anjos e Araújo (2019).

Dialogando sobre o processo de compartilhamento de conhecimento com os pesquisadores brasileiros emergem algumas reflexões. Primeiramente, um campo ligado a oportunidades na qual o compartilhamento de conhecimento é percebido como uma via para ampliação da colaboração, aceleração da inovação, melhor utilização de resultados de pesquisa, maior visibilidade da ciência brasileira e maior impacto social. A adoção de práticas de ciência aberta, repositórios de dados, colaboração internacional e ambientes de inovação favorece que o conhecimento científico contribua com o desenvolvimento sustentado reforçando estudos desenvolvidos por Sayão e Sales (2022) e Leite, Costa e Alves (2022) e prática historicamente pesquisada e compartilhada por Kuramoto (2008).



O outro campo e uma dimensão de barreiras na qual os pesquisadores reconhecem que há barreiras relevantes e ausência ou fragilidade de infraestrutura tecnológica, limitação de recursos financeiros, carência de políticas claras e consistentes, cultura institucional que ainda privilegia o “fechamento” ou o controle sobre os dados, as questões e entraves burocráticos além de questões de reconhecimento, autoria e incentivos. Esses fatores dificultam a plena efetivação do compartilhamento de conhecimento.

Com base nas entrevistas com pesquisadores pode-se estabelecer algumas boas práticas para eficácia do compartilhamento de conhecimento. São evidentes a questão de estabelecer plataformas de cooperação que incluam participação equitativa de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, garantindo que temas locais sejam priorizados. Promover mobilidade acadêmica e intercâmbio de pesquisadores, com apoio institucional e financiamento direcionado. Incentivar a coautoria internacional e a publicação conjunta, inclusive em idiomas acessíveis. Promover a formação de redes transnacionais de prática que envolvam produtores e usuários do conhecimento. Garantir a tradução e disseminação de resultados para a realidade brasileira, assegurando que o conhecimento partilhado não se limite à academia, mas atinja políticas públicas, setor produtivo e sociedade civil. Monitorar e avaliar a colaboração internacional através de indicadores de impacto nos ODS. Fortalecer a gestão de dados e das informações, promover infraestrutura de dados abertos, e políticas institucionais de integridade e compartilhamento. Os resultados descritos pelos entrevistados estão em consonância com estudos desenvolvidos por Carvalho (2022); Cunha e Santos (2022); Miranda, Barros e Oliveira (2023).

4.2 TECNOLOGIA SUSTENTÁVEL E O COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO EM PESQUISAS CIENTÍFICAS

Para o campo da tecnologia sustentável, essas percepções têm implicações interessantes na visão dos pesquisadores entrevistados e diretamente vinculados aos ODS. Os pesquisadores brasileiros que trabalham com tecnologia ecológica, energias renováveis, sustentabilidade ou meio ambiente consideram que: i) o compartilhamento de dados e resultados entre grupos de pesquisa, empresas, governo e organizações da sociedade civil pode acelerar a adoção de tecnologias sustentáveis; ii) a criação de repositórios específicos, plataformas colaborativas ou redes nacionais/internacionais facilita a troca de conhecimento sobre boas práticas, falhas e inovações. Essas questões também são discutidas nos estudos de Oliveira e Ferreira (2022) e Leite, Costa e Alves (2022).

Portanto afirmam que será necessário superar os processos burocráticos das universidades e investir em infraestrutura, fomentar políticas de ciência aberta no ambiente de sustentabilidade, promover incentivos institucionais para quem compartilha, e modificar a cultura acadêmica para valorizar tanto a produção quanto o compartilhamento. Neste sentido, reforça que a CAPES (2025) passou a adotar como pilar estruturante da avaliação dos programas de pós-graduação o



compartilhamento e transferência de conhecimento. Desta forma, os pesquisadores relatam que os critérios de avaliação mudaram de forma significativa. Os programas de pós-graduação deixam de ser avaliados quantitativamente e passam a ter uma avaliação qualitativa. A maioria dos entrevistados declarou que a mudança na forma de avaliação foi positiva e trará bons resultados a longo prazo. Estes resultados podem ser confirmados nas pesquisas de Sayão e Sales (2022).

O compartilhamento do conhecimento tem se consolidado como um eixo estratégico para o avanço científico e o desenvolvimento sustentável das sociedades contemporâneas. No contexto da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) demandam uma nova postura da comunidade científica, orientada pela colaboração, pela transparência e pela circulação aberta da informação científica. Nesse sentido, os pesquisadores brasileiros assumem um papel relevante na promoção de práticas colaborativas que fortalecem a ciência aberta e a democratização do acesso ao conhecimento.

A partir da perspectiva interdisciplinar, o compartilhamento do conhecimento é compreendido como um processo dinâmico que envolve a criação, disseminação e uso de informações em redes formais e informais (DAVENPORT & PRUSAK, 1998). Segundo relatório da UNESCO (2024), no Brasil, o processo de compartilhamento de conhecimento tem sido potencializado por políticas de acesso aberto e pela ampliação de plataformas digitais que favorecem a interoperabilidade e a comunicação científica, como o SciELO e o Repositório Institucional da CAPES (CAPES, 2025). Tais iniciativas reforçam a importância de uma infraestrutura informacional de maior confiabilidade e inclusiva, capaz de apoiar a produção científica alinhada aos ODS, especialmente aos objetivos voltados à educação de qualidade (ODS 4), à inovação (ODS 9) e às parcerias para o desenvolvimento (ODS 17).

No entanto, o compartilhamento do conhecimento ainda enfrenta desafios estruturais no cenário brasileiro segundo os entrevistados. Barreiras culturais, competitividade acadêmica, burocracia do sistema de financiamento das pesquisas e desigualdades regionais limitam a plena adoção de práticas colaborativas entre pesquisadores, o que vai de encontro ao estudo de Valentim e Cervantes (2020).

Os relatos dos entrevistados apontam que a ausência de incentivos institucionais e a avaliação baseada exclusivamente em métricas quantitativas reduzem o reconhecimento de iniciativas voltadas à cooperação e à difusão social do conhecimento. Assim, há a necessidade de repensar o papel das universidades e dos programas de pós-graduação como espaços de mediação e de construção coletiva do saber científico. Neste sentido, deve-se considerar a mudança nas regras de avaliação dos programas de pós-graduação definidas pela CAPES para o quadriênio 2025-2028 que fortalece o compartilhamento do conhecimento como critério transversal (CAPES, 2025).



A integração entre compartilhamento do conhecimento e sustentabilidade pressupõe uma visão ampliada da ciência, capaz de articular a produção acadêmica às demandas sociais. De acordo com Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento se transforma em valor quando circula entre indivíduos e organizações, estimulando a inovação e o aprendizado contínuo. No contexto dos ODS, tal circulação permite que o conhecimento científico ultrapasse os muros da academia e contribua efetivamente para soluções sustentáveis em nível local, regional e global.

Portanto, o olhar sobre os pesquisadores brasileiros revela tanto avanços significativos quanto desafios persistentes. A consolidação de uma cultura de compartilhamento requer políticas científicas integradas, mecanismos de reconhecimento da ciência aberta e o fortalecimento da governança da informação no país. Mais do que uma exigência institucional, o compartilhamento do conhecimento deve ser compreendido como um compromisso ético e coletivo em prol da sustentabilidade e da equidade global.

4.3 CONTEXTO INSTITUCIONAL: CIÊNCIA ABERTA NO BRASIL

No Brasil, o movimento da Ciência Aberta (“Open Science”) ganhou espaço como parte da política de Estado para tornar a pesquisa e principalmente os dados científicos mais acessíveis, reutilizáveis, transparentes. Observa-se que todos os editais de fomento a pesquisa publicados pelo CNPq e pela CAPES estão exigindo como critério a descrição clara e efetiva de como serão realizadas a gestão de dados e a divulgação dos dados primários pelos pesquisadores. Evidencia-se que revistas científicas de alto impacto estão exigindo que sejam disponibilizados no ato da submissão do artigo a base de dados, as análises estatísticas ou qualitativas e a apreciação pelo Comitê de ética em pesquisa da Universidade.

Em 2025, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI, 2025) discutiu diretrizes para consolidar a ciência aberta no país, envolvendo agências de fomento, instituições de ensino e a sociedade civil (BRASIL, 2025). No âmbito institucional, há estudos que mapeiam políticas públicas e institucionais de ciência aberta no Brasil entre 2020-2023, mostrando que, embora existam iniciativas, ainda falta uma política federal consolidada. Neste sentido, pode-se constatar iniciativas da CAPES e do CNPq voltadas para o campo da ciência aberta.

Nos relatos dos pesquisadores brasileiros em relação a ciência aberta pode-se constatar que os pesquisadores brasileiros estão inseridos num ambiente em que cada vez mais se espera que dados, métodos e resultados sejam disponibilizados de modo aberto, inclusive para além da comunidade acadêmica. Todos os entrevistados demonstraram a necessidade de uma política pública que favoreça a ciência aberta e são favoráveis a prática de dados públicos.

A ciência aberta é uma estratégia que favorece o compartilhamento de conhecimento. Existem estudos sobre as práticas de Ciência Aberta da comunidade acadêmica brasileira que analisam a



produção científica brasileira e confirmam que já existem iniciativas de acesso aberto e dados abertos como parte das práticas de compartilhamento do conhecimento.

Deve-se destacar ainda que existem fatores que influenciam o compartilhamento e o reuso de dados de pesquisa no Brasil. Estudos, segundo relatório da CAPES (2025), identificaram tanto incentivos (ex: maior visibilidade, aceleração da ciência) quanto barreiras (ex: infraestrutura, falta de reconhecimento) para pesquisadores.

Foi relatado por um pesquisador (PESQ 7) entrevistado que existem iniciativas de aprendizagem coletiva, comunidades de prática e projetos colaborativos no Brasil. O pesquisador ressaltou que em uma empresa pública brasileira de conhecimento intensivo (agropecuária tropical) foi identificado que os pesquisadores usavam práticas informais e formais de aprendizagem coletiva, inter-relacionamentos em comunidades de prática, e compartilhamento de conhecimento como um processo contínuo. Outro pesquisador (PESQ 1) apontou que em projetos multidisciplinares socioambientais, identificou-se que práticas de gestão do conhecimento (GC) envolviam compartilhamento entre diferentes atores, e que isso também se dá entre pesquisadores brasileiros no campo ambiental.

Sobre a infraestrutura e plataformas de apoio para ciência aberta foi mencionado pelos pesquisadores que no campo institucional já é possível perceber a implantação de plataformas digitais (repositórios institucionais, bases de dados, preprints) como suporte ao compartilhamento da ciência aberta.

Foi reforçado pelos entrevistados que os pesquisadores brasileiros são incentivados a adotar licenças abertas, depositar dados em repositórios interoperáveis, adotar códigos abertos e promover a reprodutibilidade. Esses incentivos são estratégias essencialmente conduzidas pela CAPES, CNPQ, Agências de fomento estaduais, Organizações Sociais, Entidades Internacionais e empresas privadas.

Os pesquisadores relatam que a prática estratégica de incentivo à cultura de ciência aberta, que envolve ações como a publicação em periódicos de acesso aberto, o uso de licenças Creative Commons e a documentação detalhada de métodos e resultados é uma forma de promover uma ciência aberta e disponível para acesso amplo. Silva, Braga Prado e Araújo (2021) afirmam que políticas institucionais de incentivo e reconhecimento acadêmico são determinantes para que os pesquisadores adotem hábitos de compartilhamento de dados e resultados de pesquisa, aumentando a visibilidade das produções científicas e estimulando colaborações futuras.

Entende-se como estratégia de ciência aberta segundo os relatórios da UNESCO e da CAPES (2025) a prática de depositar os dados de pesquisa em repositórios de acesso aberto, garantindo que os dados sejam interoperáveis e reutilizáveis (segundo princípios FAIR – Findable, Accessible, Interoperable, Reusable). Concentrar a publicação científica em periódicos de acesso aberto, ou em versões de preprint, para ampliar o alcance da pesquisa. Participar de comunidades de prática (Ba) e



redes colaborativas, tanto acadêmicas quanto interdisciplinares, para trocar experiências, métodos e resultados. Utilizar licenças abertas para permitir a reutilização dos resultados, e documentar o código, os métodos, os metadados para que outros possam replicar. Incluir o compartilhamento de conhecimento como parte do plano de projeto, incluindo divulgação de dados, divulgação para sociedade e ações de ciência cidadã, se aplicável.

No âmbito da ciência aberta e da gestão de dados abertos, os entrevistados ressaltaram o funcionamento de observatórios de dados acadêmicos no Brasil, destacando que a falta de padronização de metadados, a ausência de políticas de manutenção de repositórios e a limitada capacitação técnica de pesquisadores e gestores constituem barreiras importantes ao acesso e à reutilização de dados. Neste sentido, o estudo de Silva, Braga Prado e Araújo (2021), enfatiza que, embora iniciativas de dados abertos sejam promissoras, sua eficácia depende da articulação entre políticas institucionais, infraestrutura tecnológica e cultura de compartilhamento dentro da comunidade acadêmica.

Mesmo com boas práticas emergindo e constatadas nos relatos dos pesquisadores e relatórios institucionais, existem obstáculos que pesquisadores brasileiros enfrentam. Os pesquisadores relatam a falta de infraestrutura adequada para armazenamento, preservação e interoperabilidade de dados científicos. Afirmam que não existe reconhecimento ou recompensa para pesquisadores que compartilham dados. Muitas vezes há mais risco de “perder vantagem competitiva” ao disponibilizar dados primeiro. A cultura acadêmica que ainda privilegia publicação tradicional sem valorizar plenamente a reutilização de dados ou a ciência aberta como parte da avaliação. Nesse sentido, a mudança na avaliação do Qualis CAPES irá provocar uma mudança de comportamento dos pesquisadores, pois o paradigma da avaliação quantitativa passa a ser menos valorizado em função da qualidade da pesquisa e suas produções científicas.

4.4 COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO ENTRE PESQUISADORES BRASILEIROS: FATORES, BARREIRAS E BOAS PRÁTICAS

O compartilhamento de conhecimento entre pesquisadores constitui um elemento estratégico para o avanço científico, a inovação tecnológica e a promoção de práticas sustentáveis, especialmente em áreas como a Informação Sustentável como evidencia-se no estudo Geraldo, Pinto e Duarte (2022). No contexto brasileiro, estudos recentes evidenciam que, embora haja esforços crescentes no sentido de democratizar o acesso a dados e informações científicas, persistem desafios significativos que limitam a plena adoção de práticas de compartilhamento.

Partindo do estudo de Silva, Braga Prado e Araújo (2021) que realizaram uma revisão sistemática da literatura sobre fatores que influenciam o compartilhamento e reuso de dados de pesquisa no Brasil, apontando variáveis individuais, organizacionais e tecnológicas como



determinantes do comportamento dos pesquisadores. Entre os fatores facilitadores, destacam-se o reconhecimento acadêmico, a visibilidade da pesquisa e o acesso a plataformas de repositórios institucionais. No entanto, as barreiras incluem a falta de infraestrutura adequada, a escassez de políticas institucionais consolidadas e a preocupação com a proteção da propriedade intelectual, o que pode gerar resistência por parte dos pesquisadores.

Em estudos aplicados a projetos socioambientais, Silvério, Aihara e Varvakis (2023) identificaram que, mesmo em iniciativas voltadas à sustentabilidade, os pesquisadores enfrentam desafios relacionados à interoperabilidade das ferramentas de gestão do conhecimento, à heterogeneidade de formatos de dados e à dificuldade de comunicação entre atores de diferentes áreas. Esses obstáculos evidenciam que o compartilhamento de conhecimento não depende apenas da boa vontade dos pesquisadores, mas também da disponibilidade de estruturas digitais e metodológicas capazes de suportar a integração e disseminação das informações, estratégia que vai de encontro à proposta de Nonaka e Takeuchi (1997).

Dessa forma, foi possível categorizar a partir das entrevistas com pesquisadores que os fatores e barreiras ao compartilhamento de conhecimento entre pesquisadores brasileiros estão estreitamente ligados a três dimensões principais: a cultural, que envolve atitudes, incentivos e reconhecimento; a organizacional, que se refere a políticas institucionais e disponibilidade de suporte; e a tecnológica, que compreende a infraestrutura, as ferramentas e a interoperabilidade de dados. Para promover a difusão eficiente do conhecimento científico em áreas críticas, como a sustentabilidade, torna-se necessário enfrentar essas barreiras de forma integrada, combinando políticas de incentivo, capacitação e investimento em infraestrutura digital conforme quadro 2.

Quadro 2 – Barreiras e boas práticas no compartilhamento de conhecimento em pesquisas científicas

Dimensão	Barreiras Identificadas	Boas Práticas e Estratégias
Cultural	Resistência ao compartilhamento por medo de perda de vantagem competitiva Falta de reconhecimento ou recompensa institucional	a) Incentivo à ciência aberta e políticas de reconhecimento acadêmico. b) Promoção de cultura colaborativa em equipes e comunidades de prática
Organizacional	Políticas institucionais insuficientes ou pouco consolidadas Falta de suporte e diretrizes para gestão de dados	a) Criação de normas e fluxos claros para compartilhamento de dados. b) Adoção de repositórios institucionais e observatórios de dados.
Tecnológica	Infraestrutura inadequada para armazenamento e interoperabilidade Heterogeneidade de formatos de dados e ferramentas digitais Capacitação técnica limitada	a) Uso de plataformas digitais e ferramentas de gestão do conhecimento integradas b) Padronização de metadados. c) Capacitação contínua de pesquisadores em gestão de dados e ciência aberta

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

No âmbito da gestão de dados abertos, Silva, Braga Prado e Araújo (2021) analisaram o funcionamento de observatórios de dados acadêmicos no Brasil, destacando que a falta de padronização de metadados, a ausência de políticas de manutenção de repositórios e a limitada



capacitação técnica de pesquisadores e gestores constituem barreiras importantes ao acesso e à reutilização de dados. A autora enfatiza que, embora iniciativas de dados abertos sejam promissoras, sua eficácia depende da articulação entre políticas institucionais, infraestrutura tecnológica e cultura de compartilhamento dentro da comunidade acadêmica.

Diante dessas barreiras, pesquisadores brasileiros vêm adotando estratégias e boas práticas voltadas à promoção do compartilhamento de conhecimento, tanto em projetos acadêmicos quanto em iniciativas socioambientais. Uma das estratégias mais relevantes consiste no uso de plataformas e repositórios digitais, que permitem o depósito, a organização e a disseminação de dados de pesquisa de forma estruturada. Silva, Braga Prado e Araújo (2021), destacam que observatórios de dados acadêmicos oferecem suporte à interoperabilidade, à padronização de metadados e à disponibilização de informações de forma acessível, criando condições para que pesquisadores de diferentes instituições possam reutilizar os dados com segurança e confiabilidade.

Além disso, a integração de ferramentas de gestão do conhecimento em projetos colaborativos tem se mostrado eficaz na facilitação do compartilhamento entre pesquisadores de diferentes áreas. Silvério, Aihara e Varvakis (2023) apontam que, em projetos socioambientais, o uso de plataformas digitais, fluxos padronizados e metodologias compartilhadas contribui para reduzir a fragmentação de informações, permitindo que as equipes troquem conhecimento de maneira sistemática, mesmo diante da heterogeneidade de dados e competências.

Outra prática estratégica é o incentivo à cultura de ciência aberta, que envolve ações como a publicação em periódicos de acesso aberto, o uso de licenças Creative Commons e a documentação detalhada de métodos e resultados. Silva, Braga Prado e Araújo (2021) afirmam que políticas institucionais de incentivo e reconhecimento acadêmico são determinantes para que os pesquisadores adotem hábitos de compartilhamento de dados e resultados de pesquisa, aumentando a visibilidade das produções científicas e estimulando colaborações futuras.

Por fim, a capacitação técnica e a educação continuada dos pesquisadores são apontadas como práticas fundamentais. A formação de profissionais aptos a manejar dados, utilizar ferramentas digitais e compreender políticas de ciência aberta contribui para reduzir barreiras de natureza tecnológica e fortalecer a autonomia na gestão de informações. Essa abordagem também facilita o alinhamento com padrões internacionais de interoperabilidade e reuso de dados, ampliando o impacto das pesquisas brasileiras no contexto global.

4.5 PANORAMA DA PESQUISA BRASILEIRA SOBRE ODS

Partindo de um levantamento realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2025) evidencia-se que entre 2013 e 2022, cerca de 50 mil teses e dissertações no Brasil citavam ou tinham como tema os ODS, com maior concentração nas áreas de Ciências da



Saúde, Multidisciplinar e Ciências Humanas. Segundo relatório da UNESCO (2024) a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) mapeou que, entre seus projetos de pesquisa e extensão realizados após 2015, cerca de 60% possuíam relação com ao menos um dos ODS. Estes estudos destacaram o ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável) e ODS 15 (Vida terrestre) (CAPES, 2025).

Os pesquisadores entrevistados apontaram que o tema dos ODS começou a ser compartilhado no ambiente universitário nas reuniões de colegiado de curso, grupos de professores e ambientes informais. Não demorou muito, segundo relato do pesquisador entrevistado (PESQ 10) para o tema chegar ao ambiente de sala de aula e grupos de pesquisa.

Após este processo de compartilhamento informal dos temas ligados aos ODS iniciou o movimento de incorporação do tema nas dissertações e teses de diferentes programas. Conforme afirma o pesquisador (PESQ 5) todo o ambiente universitário em sentido amplo (Escolas, Faculdades, Departamentos, Grupos de Pesquisa, Atividades de Extensão e estruturas acadêmicas e de gestão) passou a formalizar e estruturas formalmente como os ODS impactam o ambiente universitário e quais seriam as estratégias para que as práticas de ensino, pesquisa e extensão estivessem alinhadas aos ODS.

Outro movimento relatado pelo pesquisador (PESQ 2) foi quando os projetos pedagógicos dos cursos começaram a incorporar e exigir que as atividades dos cursos de graduação e pós-graduação estivessem relação com alguma das 17 áreas dos ODS.

Este estudo, conseguiu capturar nos relatos dos entrevistados algumas iniciativas inovadoras desenvolvidas pelas universidades em relação aos ODS como: os trabalhos monográficos sejam eles TCC na graduação, Dissertações de mestrado ou Teses de doutorado deveriam declarar explicitamente no texto, com quais dos ODS o estudo estava contribuindo. A Universidade tornou-se o locus para que as atividades extensionistas estivessem diretamente focadas nos ODS. Reforça o pesquisador (PESQ 4) que as iniciativas, ações e discussões sobre os ODS começaram a ocupar o espaço universitário de forma sinérgica. Primeiramente muito informal (período no qual foi possível entender o que eram os ODS) e posteriormente o ambiente acadêmico começou a formalizar, valorizar e reconhecer as iniciativas que já tinham sido incorporadas por toda a dinâmica da universidade.

Fica evidente nos relatos dos entrevistados que cada departamento, programa de pós-graduação e espaços compartilhados passaram a estruturar ações ligadas aos ODS de acordo com o propósito e estratégias de cada departamento, faculdade, escolas ou centros acadêmicos. Os pesquisadores entrevistados afirmam que cada espaço da estrutura universitária tem aderência a alguns campos dos ODS. No sentido amplo, o (PESQ 5) disse que as ações dispersas quando mapeadas pelos órgãos superiores da gestão da universidade permite compreender que o ambiente acadêmico e principalmente as pesquisas científicas desenvolvidas no ambiente da universidade estão atentos aos 17 ODS da Agenda 2030.



Confirmando os relatos dos pesquisadores entrevistados uma revisão sistemática de literatura brasileira intitulada “As dimensões e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável após a Agenda 2030” (RAASCH; LELIS &, BASSO, 2023) na qual analisou artigos de 2016 a 2022 e constatou o crescimento da produção acadêmica sobre o desenvolvimento sustentável e estudos ligados aos ODS. Contudo, apontou lacunas importantes: poucos estudos propõem sistemas unificados para monitoramento e medição de indicadores dos ODS. Neste sentido, este estudo contribui de forma efetiva com o compromisso da Agenda 2030, ao evidenciar que o momento atual exige que as Universidades estabeleçam estruturas e estratégias para gerenciar, de forma mais efetiva, as ações ligadas aos ODS realizadas no ambiente universitário.

No campo da política nacional, a pesquisa documental evidenciou como a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI) do Brasil incorporou os ODS a partir de 2016. O estudo conclui que, embora haja menção ao “desenvolvimento sustentável”, existem dificuldades estruturais para incorporar, de forma consistente, os ODS nas diretrizes de financiamento e planejamento (Ribeiro & Oliveira, 2024). Portanto, torna-se necessário a implantação de estruturas de gestão para que as ações ligadas aos ODS nas universidades brasileiras sejam planejadas, organizadas, dirigidas e controladas por recursos humanos capacitados que compreendam as normativas da Agenda 2030, gerencie com efetividade e transparência os recursos financeiros alocados em pesquisas científicas aplicadas aos ODS e oportunamente a questão mais relevante, estabeleça indicadores de monitoramento, gerenciais e científicos voltados aos ODS e estabeleçam indicadores que possam apontar os resultados e impactos econômicos, sociais, tecnológicos, humanos, educacionais e sustentáveis das pesquisas científicas e ações desenvolvidas e financiadas pela universidade.

Por fim, os resultados e impactos precisam dialogar com a sociedade de forma que a população possa compreender a importância do tema, das ações e dos investimentos voltados ao desenvolvimento sustentável do planeta, do país, das regiões e principalmente do entorno onde os cidadãos vivem.

A literatura recuperada das bases consultadas demonstram que estudos que tratam do tema ODS nas pesquisas científicas brasileiras seguem diferentes estratégias. Os estudos bibliométricos e revisões sistemáticas para mapear a produção científica por meio de análise documental de políticas públicas, planos, relatórios e indicadores que tratam do alinhamento dos ODS com as pesquisas científicas apontam fragilidade em relação aos resultados e impactos gerados de forma efetiva. Por fim, estudos de caso, projetos de ciência cidadã, e extensão universitária por exemplo que tem finalidade de articular o ambiente onde o indivíduo reside com sua comunidade e pesquisadores focados na temática dos ODS são mais efetivos e provocam impacto mais significativos como apontam os relatórios governamentais (BRASIL, 2025).

Partindo do entendimento que esta pesquisa não teve como objetivo realizar uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com os protocolos e rigor metodológico que sustentam a técnica da



RSL. Os artigos selecionados nas bases de dados consultadas e a revisão da literatura realizada pelos pesquisadores autores deste estudo demonstram que os temas mais recorrentes no Brasil em pesquisas sobre ODS são:

- Saúde e bem-estar (ODS 3) — com grande volume de artigos e projetos.
- Educação de qualidade (ODS 4) — aparecendo em linhas de pesquisa e extensionistas.
- Agricultura sustentável (ODS 2), vida terrestre (ODS 15), água e saneamento (ODS 6) também recebem atenção.
- Energia limpa e acessível (ODS 7) e inovação (ODS 9) — embora menos em volume, são relevantes, especialmente em pesquisa geocientífica ou de transição energética.

Mesmo percebendo e constatando avanços nas pesquisas sobre ODS no Brasil, a literatura e as pesquisas científicas desenvolvidas pelas universidades brasileiras apontam desafios importantes:

- A produção científica está dispersa, com falta de proposições integradas ou sistemas de indicadores nacionais robustos para acompanhar o progresso dos ODS no Brasil (BRASIL, 2025). Este fato deve-se ao fato da falta de uma estrutura dentro das universidades que tenha o objetivo de gerenciar as ações ligadas aos ODS.
- Em algumas áreas, a integração dos ODS nas políticas de ciência e tecnologia ou na pós-graduação ainda é incipiente ou simbólica (BRASIL, 2025). Aqui pode-se apontar o campo das ciências mais lineares e pragmáticas.
- A realidade das desigualdades sociais brasileiras, da regionalização e das diferenças institucionais coloca obstáculos para um avanço uniforme dos ODS. (RIBEIRO & OLIVEIRA, 2024) O Brasil de fato tem muitos contrastes regionais. Esta questão deve ser observada pelas políticas públicas voltadas aos ODS.
- A pluralidade de temas faz com que algumas metas dos ODS não apontem ou evidenciem resultados relevantes para o país. Um dos exemplos são as pesquisas científicas que não descrevem ou apontem indicadores efetivos. Os resultados destas pesquisas provocam baixa incidência nos ODS associados a indústria, inovação ou infraestrutura em regiões periféricas (BRASIL, 2025). Ponto de reflexão para comunidade científica e órgãos governamentais neste caso é que os investimentos governamentais são em sua essência voltados apenas para manutenção de pessoas empregadas ao invés de promover a manutenção dos empregos associado ao investimento em inovação, tecnologia e qualificação da mão de obra.

As pesquisas brasileiras sobre ODS contribuem para gerar conhecimentos contextuais que adaptam os ODS à realidade nacional e regional, identificando como as metas globais podem se



traduzir nos diferentes estados e municípios. Pesquisas voltadas ao favorecimento do diálogo entre ciência, tecnologia, inovação, políticas públicas e sociedade civil na concretização dos ODS.

Observa-se ainda pesquisas que buscam promover a educação para a sustentabilidade, tanto na graduação quanto na pós-graduação, embora ainda seja necessário ampliar essa inserção.

Por fim, reforça que a tendência futura aponta para maior uso de métricas, indicadores, big data, inteligência artificial para monitorar os ODS, além de maior articulação entre instituições de ensino, governo e setor privado, a chamada Hélice Tripla. Estes pontos foram destacados pelos pesquisadores entrevistados em relatos.

No contexto global das ciências e da inovação, o compartilhamento de conhecimento entre pesquisadores de diferentes países se mostra cada vez mais relevante para promover os ODS da Organização das Nações Unidas (ONU). Na perspectiva da relação entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros a produção de conhecimento científico assume-se como um recurso essencial para o desenvolvimento sustentável. A colaboração entre pesquisadores nacionais e internacionais facilita a troca de metodologias, dados, perspectivas culturais e tecnológicas. Ponto relatado pelos entrevistados é que grupos de pesquisa no exterior sempre contam com pesquisadores brasileiros. Merece destaque iniciativas como do CNPq (2025) que investe recursos para repatriar pesquisadores brasileiros de elevada reputação científica.

Ponto de destaque é que em setembro de 2015, 193 países assinaram a Agenda 2030, que define 17 ODS voltados para o combate à pobreza, à desigualdade, à mudança do clima, entre outros. Ponto de atenção é que a pesquisa científica fundamentada e orientada pelos ODS exige participação interdisciplinar e internacional (ONU, 2015).

5 CONCLUSÃO

O compartilhamento do conhecimento, ao ser integrado aos princípios dos ODS, assume uma dimensão ética, social e estratégica. A experiência dos pesquisadores brasileiros evidencia a necessidade de fortalecer a cultura da colaboração científica e da abertura de dados, assegurando que o conhecimento produzido no país contribua para o desenvolvimento sustentável global.

O estudo apresenta como uma primeira conclusão que ao promover o compartilhamento do conhecimento estabelece uma forma de ampliar o impacto social da ciência, reduzir assimetrias informacionais e consolidar uma governança do conhecimento voltada à equidade, à inovação e à sustentabilidade. Em síntese, os pesquisadores brasileiros estão, cada vez mais, alinhados à agenda dos ODS, mas ainda enfrentam desafios estruturais, metodológicos e de escala. É imprescindível que haja maior articulação institucional, criação de indicadores adaptados ao Brasil, formação e sensibilização acadêmica, além de um compromisso mais forte das políticas públicas com a agenda 2030. A agenda



provoca uma reflexão sobre a relevância de transitar para um modelo de desenvolvimento alinhado à sustentabilidade.

O compartilhamento de conhecimento entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros constitui uma estratégia essencial para avançar os ODS no Brasil e globalmente. Apesar dos desafios, a adoção de boas práticas e políticas de cooperação pode contribuir decisivamente para superar as assimetrias de conhecimento e promover uma ciência mais inclusiva, contextualizada e orientada para impacto. Para tanto, é necessário que instituições, governo, comunidades acadêmicas e sociedade civil reforcem as plataformas de colaboração, infraestrutura de pesquisa, e políticas de incentivo à internacionalização com equidade.

Com relação à ciência aberta no Brasil os resultados refletem que a gestão de dados é influenciada por fatores individuais (percepção, medo de uso indevido), institucionais (infraestrutura, políticas, incentivos) e tecnológicos (ferramentas, repositórios). Outro ponto é que as práticas de compartilhamento ainda são heterogêneas: alguns pesquisadores adotam repositórios abertos, enquanto outros mantêm dados localmente. Fatores que influenciam a prática da ciência aberta são falta de padronização, documentação deficiente, baixa interoperabilidade e ausência de treinamento específico. Por fim, os incentivos formais, cultura de ciência aberta e capacitação são essenciais para promover o compartilhamento de conhecimento e dados de pesquisa no Brasil.

Contudo, os estudos e entrevistas com pesquisadores mostram que a pesquisa brasileira está inserida em rede global, porém enfrenta assimetrias de conhecimento e desafios como idioma, financiamento, infraestrutura e acesso.

A coautoria entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, bem como a mobilidade acadêmica (estágios, pós-doutorados, visitas) fomentam o intercâmbio. A análise de produção sobre os ODS mostra uma presença crescente de colaborações internacionais no Brasil. Assim, tem-se um caminho consolidado para ampliar as pesquisas sobre ODS com intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Contudo, pesquisas com temáticas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável desenvolvidas em parceria com pesquisadores mostram como a internacionalização e o enfoque nos ODS permeiam a formação de estudantes e o compartilhamento de práticas pedagógicas.

Contudo, para concluir este estudo apontando resultados pragmáticos ressalta-se os benefícios e impactos do compartilhamento de conhecimento no desenvolvimento científico devem observar as diferentes perspectivas culturais e científicas, fator que por enriquecer as pesquisas. Fortalecimento da capacidade local de produção de conhecimento orientado para os ODS. Dar maior visibilidade internacional para a pesquisa brasileira, o que pode gerar mais financiamento e colaboração.

Este estudo evidencia que a geração de soluções mais adaptadas ao contexto local com base em conhecimentos globais são mais relevantes do ponto de vista de impacto social. Todavia, o estudo



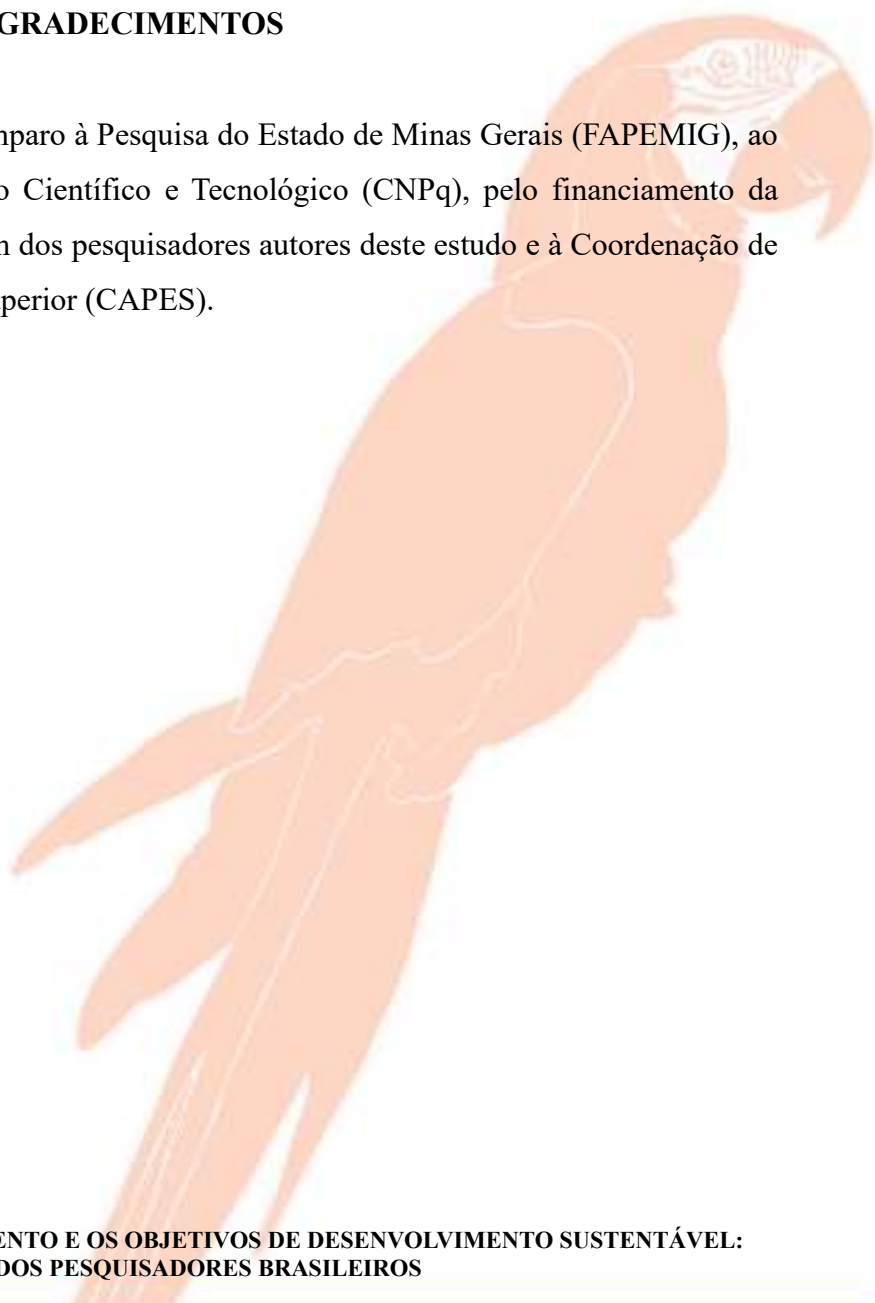
reforça que é necessário reduzir as assimetrias de conhecimento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Para superar os desafios e barreiras ao compartilhamento do conhecimento é preciso avançar na questão do idioma e comunicação: embora o inglês seja língua franca da ciência, pesquisadores brasileiros enfrentam desafios de publicação em inglês e de comunicação internacional. No campo da infraestrutura e financiamento: a participação plena em redes internacionais requer recursos para mobilidade, acesso à base de dados e plataformas de colaboração. É fundamental reduzir as assimetrias de poder e agenda: em colaborações internacionais, pode haver desequilíbrio quanto à definição da agenda de pesquisa, ao reconhecimento dos parceiros locais, e à acessibilidade dos dados.

Este estudo apresenta como limitações: o número de entrevistas reduzido e a fundamentação em muitos dados científicos da área da Ciência da Informação. Como sugestão para estudos futuros sugere-se ampliar o número de entrevistados e apresentar uma RSL com fundamentos e critérios na literatura.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da bolsa de Pós-Doutorado no Exterior a um dos pesquisadores autores deste estudo e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).





REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. *Ciência aberta: conceitos, debates e políticas*. Brasília: IBICT, 2020.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. *Ciência aberta: questões abertas*. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
- ALMEIDA, A.; SILVA, P.; QUEIROZ, R. O compartilhamento do conhecimento entre pesquisadores nacionais e internacionais do programa Ciência sem Fronteiras. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 14, 2017. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/download/1468/pdf/5520>. Acesso em: 3 nov. 2025.
- ALMEIDA, Arielle Lopes de; DAMIAN, Ieda Pelógia Martins; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. A gestão do conhecimento aplicada à formação universitária. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN)*, v. 6, n. esp., p. 77-90, 2019.
- ALVARENGA NETO, R. C. D. de A. *Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ALVES, B. H.; VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento: uma análise dos trabalhos científicos indexados na BRAPCI. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 107–123, 2022. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v13i2p107.
- AMARO, B. Políticas de acesso aberto no Brasil: avanços e desafios. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 278–295, 2018.
- ANGELONI, Maria Terezinha (Org.). *Educação corporativa, gestão do conhecimento e competências*. São Paulo: Atlas, 2008.
- ARAÚJO, C. A. Á.; FREIRE, I. M. Sustentabilidade informacional: fundamentos teóricos e perspectivas de aplicação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 25, n. 4, p. 9–27, 2020.
- AZAMBUJA, L. A. B. Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: mapeamento de repositórios, práticas e percepções dos pesquisadores e tecnologias. *Ciência da Informação*, v. 48, n. 3, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4958>. Acesso em: 2 nov. 2025.
- BARATA, G. Como as políticas editoriais podem incentivar a produção científica em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. In: SHINTAKU, M.; SALES, L. F. (Orgs.). *Ciência Aberta para Editores Científicos*. Botucatu: ABEC, 2019.
- BARBOSA, Ricardo; NAVES, Marisa. *Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3–5, 1968.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). MCTI discute diretrizes para consolidar a ciência aberta no Brasil. Brasília: MCTI, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/06/mcti-discute-diretrizes-para-consolidar-a-ciencia-aberta-no-brasil>. Acesso em 09 set. 2025.



CAPES. Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2025.

CAPURRO, R. Ethics and Information in the Digital Age. Heidelberg: Springer, 2019.

CARVALHO, Kátia de. Gestão da informação científica e democratização do conhecimento no Brasil: desafios contemporâneos. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 70-94, 2022.

CNPq. Ciência Aberta: uma visão desapaixonada. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>. Acesso em 09 set. 2025.

CORRÊA, Fábio; LIMA, Leandro Cearenço; ZIVIANI, Fabrício; RIBEIRO, Jurema Suely de Araujo Nery; FRANÇA, Renata de Souza. A gestão do conhecimento holística: conformação de suas dimensões. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 9, n. 2, p. 174-202, 2019. DOI: 10.21714/2236-417X2019v9n2.

CUNHA, Murilo Bastos da; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Compartilhamento científico no Brasil: uma análise das práticas e percepções de pesquisadores. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-20, 2022.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIAS, C. G. S. Panorama das políticas federais de ciência aberta no Brasil no período de 2020 a 2023. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 18, n. 1, 2025. DOI: 10.26512/rici.v18.n1.2025.55276.

DIAS, G. A.; ANJOS, R. L. dos; ARAÚJO, D. G. de. A gestão dos dados de pesquisa no âmbito da comunidade dos pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação brasileiros na área da Ciência da Informação: desvendando as práticas e percepções associadas ao uso e reuso de dados. *Liinc em Revista*, v. 15, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4683>. Acesso em: 2 nov. 2025.

DUARTE, E. N. *Gestão estratégica da informação: fundamentos e práticas para organizações do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2017.

FECHER, B.; FRIESIKE, S. Open Science: One Term, Five Schools of Thought. In: BARTLING, S.; FRIESIKE, S. (eds.). *Opening Science: The Evolving Guide on How the Internet is Changing Research, Collaboration and Scholarly Publishing*. Cham: Springer, 2013. p. 17–47.

FERREIRA, S. M. S. P.; SANTOS, R. S. Ciência aberta e o compartilhamento de dados científicos no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 35–50, 2021.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

FLORIDI, L. *The Ethics of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2013.



FONSECA, Diego Leonardo de Souza; MOTA, Kelren Cecília dos Santos Lima da; SANTOS JÚNIOR, Roberto Lopes dos. Gestão do conhecimento e sustentabilidade no contexto organizacional: uma revisão sistemática na Ciência da Informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 552-570, 2022. DOI: 10.26512/rici.v15.n2.2022.40038.

FREIRE, I. M. Ética, mediação e ecossistemas informacionais. João Pessoa: UFPB, 2019.

FUGITA, M. S. L. Organização e representação da informação na sociedade em rede. São Paulo: USP, 2017.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S.; DUARTE, E. J. A sustentabilidade informacional pode ser vista como um novo paradigma da Ciência da Informação? *Informação & Informação*, v. 27, n. 4, p. 229-253, 2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOUVEIA, F. C. Infraestruturas abertas para ciência e inovação no Brasil. Rio de Janeiro: IBICT, 2019.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. *RAC. Revista de Administração Contemporânea*, v. 12, p. 861-872, 2008.

LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. M. de S. Repositórios institucionais: uma perspectiva de acesso aberto à informação científica. *TransInformação*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 133-146, 2008.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Michelli; ALVES, Vanessa. Infraestruturas de informação para a ciência aberta no Brasil: avanços e limitações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 161-183, 2022.

LIMA, Ana Paula. Compartilhamento do conhecimento em ambientes digitais. *Revista Informação em Pauta*, v. 5, n. 2, 2020.

MENEZES, Carla; OLIVEIRA, Rodrigo. Práticas colaborativas e inovação na gestão pública. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*, v. 7, n. 2, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2022.

MIRANDA, Cláudia; CUNHA, Murilo. Cultura informacional e práticas de compartilhamento. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 15, n. 1, p. 64-80, 2022.

MIRANDA, Filipe; BARROS, Cássia; OLIVEIRA, Rodrigo. Adoção de práticas de ciência aberta por pesquisadores brasileiros: barreiras e motivações. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-18, 2023.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.



OLIVEIRA, Alex Fabiano de; FERREIRA, Sueli Mara S. O. Ciência aberta e políticas de compartilhamento de dados de pesquisa no Brasil. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 27, p. 1-25, 2022.

ONU. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Organização das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 1 nov. 2025.

RAASCH, Ronaldo; LELIS, Roberto Carlos Costa; BASSO, Vanessa Maria. As dimensões e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável após a Agenda 2030: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 10, n. 26, p. 1149-1171, 2023. DOI: 10.21438/rbgas(2023)102607

RIBEIRO, Ana; OLIVEIRA, Tânia. Ecosistemas digitais e inovação aberta no setor público. *Revista Inovação & Governança*, v. 2, n. 1, 2024.

SANTOS, João; COSTA, Maria. Gestão do conhecimento na administração pública: desafios contemporâneos. *Revista Gestão & Conhecimento*, v. 8, n. 1, p. 45-60, 2021.

SAPIENZA, Caren; MATTAR, João. Papel da colaboração na gestão do conhecimento e na aprendizagem organizacional. *RISUS – Journal on Innovation and Sustainability*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 04-13, 2024. DOI: 10.23925/2179-3565.2023v15i1p04-13.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Ciência aberta no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. *Cadernos de Ciência da Informação*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 45-67, 2022.

SCARABELLI, Fabiana; SARTORI, Simone; CRUZ URPIA, Paula. Modelos de maturidade em gestão do conhecimento: avanços e perspectivas. *Revista Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 13, n. 1, 2023.

SILVA, Aline; COSTA, Bruno. Estratégias de gestão do conhecimento em organizações públicas. *Revista de Administração Pública e Gestão*, v. 13, n. 3, p. 72-88, 2021.

SILVA, Felipe; BRAGA PRADO, Michele; ARAÚJO, Daniel. Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional no setor público. *Revista Administração, Sociedade e Inovação*, v. 7, n. 3, 2021.

SILVA, Felipe; PRADO, Michele; ARAÚJO, Daniel. Maturidade em gestão do conhecimento: análise em instituições públicas. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 22, n. 1, 2022.

SILVA, Jean Soares da; GOHR, Cláudia Fabiana. A framework integrating dynamic capabilities with sustainability-oriented innovation activities in collaborative networks: a systematic literature review. *International Journal of Innovation*, São Paulo, v. 13, n. 1, e26400, 2025. DOI: 10.5585/2025.26400.

SILVÉRIO, Rodrigo; AIHARA, Aline; VARVAKIS, Gregorio. Práticas de gestão do conhecimento na inovação pública. *Caderno de Gestão Pública*, v. 9, n. 2, 2023.

SOUZA, Matheus P. et al. Inclusão, transparência e ética na ciência aberta: perspectivas brasileiras. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 33, n. 1, p. 1-19, 2023.

STUEBER, Ketlen; TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. O programa de editoração científica CNPq/CAPES e seu potencial diante do movimento Ciência Aberta. *Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)*, v. 19, n. 40, p. 1-31, 2024.



TERRA, J. C. C. Gestão do conhecimento e sustentabilidade: estratégias e práticas para a inovação. São Paulo: Atlas, 2015.

TERRA, José Cláudio Cyrineu da. Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial. 5. ed. São Paulo: Elsevier, 2005.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R. Redes de conhecimento: desenvolvimento de competências. Ciência da Informação, Brasília, v. 36, n. 1, p. 86–95, 2007.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana; DI CHIARA, Ivone. Redes de conhecimento. Ciência da Informação, v. 34, n. 2, p. 93–104, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

UNESCO. Rethinking Education: Towards a Global Common Good? Paris: UNESCO Publishing, 2017.

UNESCO. Recomendação sobre Ciência Aberta. Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO. Relatório anual da UNESCO no Brasil 2024. [S.l.]: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000392696>. Acesso em: 10 out. 2025.

UNESCO. Relatório Mundial da UNESCO sobre Conhecimento e Desenvolvimento Sustentável 2025. Paris: UNESCO, 2025.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. A gestão do conhecimento aplicada à formação universitária. Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN), v. 6, n. esp., p. 77-90, 2019.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Conceitos sobre gestão do conhecimento: uma revisão sistemática da literatura brasileira. Informação & Sociedade: Estudos, v. 30, n. 4, 2020.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Inteligência competitiva: conceitos e práticas. DataGramZero – Revista de Ciência da Informação, v. 21, n. 2, 2008.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ambientes e fluxos de informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão da informação e cultura organizacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; GELINSKI, Carina R. Práticas colaborativas e gestão do conhecimento na ciência contemporânea: reflexões para o contexto brasileiro. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 56-75, 2023.



ZIVIANI, F.; FRANÇA, R. S.; CORRÊA, F.; FERREIRA BRAGA TADEU, H.; GUIMARÃES, L. O. Redes de conhecimento e perfil inovador como fatores propulsores da inovação aberta em empresas de base tecnológica. Sinergia – Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, v. 27, n. 2, p. 71-87, 2023a. DOI: <https://doi.org/10.63595/2236-7608-v27n2-14941>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/14941>. Acesso em: 20 Ago. 2025.

ZIVIANI, Fabricio; RIBEIRO, Jurema Suely de Araújo Nery; CORRÊA, Fabio; FERREIRA, Renata Costa. Prática de compartilhamento de conhecimento e informação em organizações públicas. P2P & Inovação, v. 10, p. 402-425, 2023b. DOI: <https://doi.org/10.21728/p2p.2023v10n1.p402-425>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6591>. Acesso em: 20 Ago. 2025.

